

36º Encontro Anual da ANPOCS

GT 16

Grupos dirigentes e estruturas de poder

**Recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência
eleitoral**

Rodrigo da Rosa Bordignon
PPGCP/UFRGS

RESUMO

O presente trabalho é resultante do aproveitamento parcial de uma pesquisa realizada anteriormente sobre as condições sociais de ingresso e as diferentes modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Para o texto ora proposto, são examinadas as relações entre determinados recursos de posição social – categorias socioprofissionais de origem, titulação escolar e patrimônio declarado – posições partidário-eleitorais e modalidades de entrada na concorrência por cargos de representação política. O foco central de análise assenta-se sobre os padrões de seleção e recrutamento dos deputados federais e estaduais do Rio Grande do Sul no período entre 1998 e 2006. As principais indicações apontam para uma associação entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Entrada na política; recursos sociais; concorrência eleitoral.

INTRODUÇÃO

O problema geral abordado é aquele das relações entre recursos sociais e chances de participação eleitoral na condição de candidato. As diferentes possibilidades de ingresso em eleições gerais para a disputa de sufrágios estão associadas a dois fenômenos complementares. Por um lado, a objetivação da concorrência eleitoral como uma atividade específica que impõe seus requisitos de entrada e mecanismos de reprodução, tem efeitos significativos nas interações entre agentes sociais e essa esfera de atividades especializadas. Por outro, por se tratar de uma modalidade de atuação cujo objetivo é o reconhecimento e sua conversibilidade em votos, a ambivalência da função de representação frente à esfera política supõe a manipulação de princípios de classificação social e a demonstração pelo “exemplo”.

Partindo dessas questões, considera-se que, nas lutas político-eleitorais, os recursos sociais são, ao mesmo tempo, indicadores de recrutamento e seleção de “elites” e de bases sociais e princípios de legitimação. Isso ocorre porque, a luta pela ocupação dos postos de representação política consiste na manipulação e evidenciação de determinados princípios de hierarquização e excelência social. Em vista disso, um dos desafios é o de tomar as informações presentes nos registros oficiais e nos perfis e currículos dos candidatos sob um duplo registro. Ou seja, considerá-los como produções

situadas, as quais informam tanto sobre as bases de recursos sociais com vistas ao reconhecimento e adesão de apoios, quanto sobre os indicadores de trajeto e recursos de posição social. Se o acesso aos cargos de representação política depende, diretamente, da legitimação eleitoral frente aos concorrentes e aos eleitores, a produção e divulgação dos perfis dos candidatos obedecem a uma lógica concorrencial e a menção ou não acerca de determinados “atributos” ou “qualidades” pessoais, indica tanto uma adesão aos princípios estruturantes e eleitoralmente pertinentes em determinadas conjunturas históricas, quanto a manipulação de princípios de legitimação com vistas ao reconhecimento e as pretensões de sucesso eleitoral. Em vista disso, os perfis biográficos, informações sociodemográficas e os currículos dos candidatos aproximam-se daquilo que Agrikoliansky (1994) definiu como “biografias de instituição”: um conjunto de produções que derivam tanto das estratégias de recrutamento e reprodução das “empresas políticas”, quanto das identidades individuais e das “causas” presentes nos itinerários dos agentes (p. 94). O principal motivo desse fenômeno é que, como parece evidente, a delegação como fundamento da representação política realiza-se nas operações de crédito que tornam essa modalidade de dominação social possível e aceitável.

Partindo disso, o presente texto está centrado no exame das relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral. A estratégia adotada visa, única e exclusivamente, apreender os pontos de saída apresentados como prévios à participação político-eleitoral na condição de candidato e a relação disso com a estruturação do espaço de concorrência eleitoral. O que se pretende é informar algo sobre os princípios de legitimação e de hierarquização social que estão na base da concorrência pelos cargos de representação política. Trata-se, portanto, de apreender os recursos que conduzem a luta pela ocupação de posições dirigentes e de evidenciar o domínio prático de uma dimensão específica de atividades que impõe seus critérios de “entrada” e reprodução.

DEFINIÇÃO DE INDICADORES E PROBLEMAS METODOLÓGICOS

A análise proposta engloba os candidatos aos cargos de deputado federal e estadual no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. Na construção do banco de dados,

foram utilizados dois tipos de informações: 1) Aquelas organizadas a partir do exame dos registros de candidatura arquivados no TRE-RS, as quais permitem definir indicadores referentes ao ano da eleição, aos cargos em disputa, à filiação partidária, ao sexo, à idade, ao estado civil, à titulação escolar, à ocupação de origem, ao tempo de filiação partidária e ao montante do patrimônio declarado. 2) Um conjunto de informações coletadas e sistematizadas com o objetivo de recompor os trajetos dos candidatos das três eleições em pauta. Essas últimas foram obtidas a partir de consultas às páginas pessoais, notas em jornais/revistas de circulação estadual ou regional, ao Memorial do Legislativo da ALERGS, a sites de entidades categoriais, site da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de Câmaras Municipais, e pesquisa em sites de busca.

Como destacado anteriormente, tendo em vista que os indicadores utilizados são parte das lutas específicas dos quais são o produto, o uso das categorias socioprofissionais de origem e as produções biográficas, como modos de apresentação e de auto-definição de uma posição social, não prescindem as lógicas e razões ser de sua produção e divulgação. Portanto, as definições categoriais, atributos e espaços de atuação expostas nas fichas de candidaturas e demais materiais destinados a publicação e divulgação remetem tanto aos esquemas “práticos” de classificação social, quando ao espaço de posições e disputas político-eleitorais, mobilizando “uma série de transações entre diversas representações da realidade social” (MERLLIÉ, 1998, p. 163).

Para o presente texto, do conjunto de informações sociodemográficas e político-eleitorais coletadas no TRE-RS, foram utilizados como indicadores de posição social as categorias socioprofissionais, a titulação escolar e o montante de patrimônio declarado. Como foi possível demonstrar em outra ocasião, as chances de participação eleitoral na condição de candidato variam de acordo com determinados recursos sociais, evidenciando um domínio prático de atividades especializadas. Tais variações indicam uma condição de “elite” prévia ao ingresso no espaço eleitoral, indicada, principalmente, pela posse desigual de recursos econômicos e titulação escolar. Além disso, há uma forte associação entre categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais elevadas e as chances de participação eleitoral, contudo, as divisões internas a tais categorias e as “frações” que tem mais chances de se apresentar em eleições são variadas e apontam para determinados mecanismos de seleção social, princípios de divisão do trabalho político, ou ainda a legitimidade social de determinadas classificações frente a esfera eleitoral (BORDIGNON, 2011a, 2011b).

No que se refere à construção dos pontos de saída prévios ao ingresso na concorrência eleitoral, foi possível defini-los para 634 candidatos. A distribuição por partidos indica uma amostragem significativa de casos para as diversas posições político-partidárias¹ e, igualmente, para o conjunto do universo, sendo que a amostra em geral possui margem de erro de 3%. Para a definição dos indicadores provenientes dos currículos e perfis dos candidatos, as “posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (BOURDIEU, 2005, p. 81) são tomadas tanto como princípio metodológico destinado a especificação dos processos de recrutamento e seleção de “elites”, quanto como bases de adesão e de legitimação frente aos eleitores. Nesse sentido, os trajetos entram como possibilidades de apreensão dos princípios de mobilização e evidenciação de determinados recursos e percursos legítimos frente a posições partidárias e sociais específicas.

Como já destacado, a padronização das informações provenientes dos currículos e perfis dos candidatos teve como base o objetivo de apreender as atividades prévias as candidaturas, ou ainda, as tomadas de posição que as legitimam, normalmente indicadas pelos motivos ou justificativas para a disputa de sufrágios em pleitos eleitorais. Com base nisso, o procedimento para definição dos pontos de saída dos trajetos foi realizado por níveis de exclusividade, cuja prioridade é dada sempre para a apreensão da posição “objetiva” e prévia a condição de candidato. Não sendo possível defini-la, utilizou-se a justificativa dada para a inserção na concorrência eleitoral. Embora todos os problemas imbricados nesse procedimento, a organização e coleta dos dados toma com pressuposto que, tanto as “produções biográficas” definidas como currículos dos candidatos ou fontes de informações diversas, quanto justificativas para as pretensões eleitorais, são tomadas de posição frente à concorrência eleitoral. Desse modo, as informações referentes às modalidades de entrada na política devem ser tomadas sob um duplo registro, visto indicarem, ao mesmo tempo, as posições e esferas de inserção social prévias a atuação como candidato e as estratégias de legitimação dessa condição específica frente à disputa eleitoral. Isso ocorre porque, não somente as justificativas para as pretensões eleitorais, mas também as posições no trajeto definidas com base em “produções biográficas” situadas relacionalmente frente as posições político-partidárias concorrentes, constituem-

¹ Cf. BORDIGNON, 2011a: 88.

se como uma objetivação empírica de um ponto no espaço dos possíveis, e deve ser tomada enquanto tal.

Os problemas presentes nesse tipo de reflexão estão na apreensão dos pontos de saída dos trajetos a partir de “produções situadas” e constituídas com vistas a um fim específico: a concorrência eleitoral. Contudo, mais do que por em questão a pouca objetividade dos dados, trata-se de indicar que tipos de informação sobre o objeto da presente pesquisa esses permitem objetivar. Desse modo, a apreensão das modalidades de “entrada na política”, a partir de produções biográficas resultantes do encontro entre agentes sociais detentores de recursos específicos e de partidos, eles mesmos definidores de símbolos e princípios de legitimação, deixam evidentes os próprios recursos e princípios de hierarquização e excelência social presentes na concorrência eleitoral e para que tipo de posições políticas esses remetem.

Além disso, as modalidades de entrada na política são indicativas do processo de constituição e acúmulo de capital político pelos agentes interessados nos pleitos eleitorais. Desse modo, o jogo entre estratégias de apresentação e posições político-partidárias coloca em pauta as diferentes operações de crédito que estão presentes no processo de inserção e atuação na concorrência pelos postos de representação política. É nesse mesmo sentido que a composição do conjunto de atributos que definem as relações entre agentes sociais e a política ganha sentido, visto que engloba as tomadas de posição frente à disputa eleitoral e os recursos sociais utilizados para tanto. Além disso, as próprias condições e usos de determinadas relações com a “política” dependem da posse do conjunto de recursos sociais que são a condição de garantia da legitimidade de tais associações.

O conjunto de dados coletados foi padronizado em 11 modalidades de entrada na política. A distribuição de casos por tipo de recurso apresentado como prévio à participação eleitoral é heterogênea, no entanto, a opção por essa divisão relaciona-se a determinados padrões de relação entre modalidades de entrada na política e posições político-partidárias (Tabela 1). Dentre as diversas modalidades definidas pelo presente estudo, algumas merecem uma melhor especificação, tais como aquelas denominadas como *causas*, *ocupação* e *atuação partidária*. A definição dessa primeira modalidade de entrada está diretamente associada às estratégias de legitimação da inserção nas disputas eleitorais como candidato, foram classificados na categoria de *causas* sempre, e na medida em que, não foi possível definir com precisão o ponto de saída dos trajetos e as

informações obtidas estavam assentadas em determinados motivos tidos como justificativa para a candidatura. A modalidade de entrada denominada *ocupação*, refere-se ao caso dos candidatos que definem sua condição ocupacional de origem como ponto de partida para a inserção nas disputas eleitorais. No que se refere aquela denominada por *atuação partidária*, essa indica aqueles candidatos que apresentam uma série de cargos ocupados na estrutura interna do partido como condição de saída para o lançamento da candidatura.

Tabela 1
Modalidades de entrada na concorrência eleitoral

	Número de casos
Atuação em Atividades / Organizações Religiosas	22
Atuação em Movimentos Sociais ou Entidades Associativas	83
Atuação Partidária	39
Causas	25
Proprietário ou Atuação no Setor Privado	15
Dirigente Sindical ou de Entidade Associativa	88
Fundador de Entidade Associativa, Filantrópica ou Assemelhada	29
Atuação em Atividades Artísticas, Culturais ou Esportivas	48
Ocupação	100
Ocupante de Cargo Público	144
Relações de Parentesco ou Aliança	41
Total	634

As definições das modalidades de relação com a concorrência eleitoral foram confrontadas com um conjunto de informações relativas às categorias socioprofissionais de origem, ao montante de patrimônio declarado e a titulação escolar, e o conjunto das posições político-partidárias em pauta. O objetivo principal é a evidenciação das relações entre recursos de posição social, estrutura do espaço de concorrência eleitoral e as diferentes modalidades de relação e/ou trajetos mais associados a determinadas posições partidárias. Desse modo, os dados biográficos analisados nesse artigo são resultantes do cruzamento de informações obtidas com base nos currículos dos candidatos e aquelas definidas a partir do exame dos registros de candidatura disponíveis nos arquivos do TRE-RS.

O que se pretende é explicitar o conjunto de recursos, esferas de inserção social e princípios de legitimação que vão ser o produto e, ao mesmo tempo, produzir os princípios de divisão e de relação entre determinadas modalidades de recursos, partidos políticos e a concorrência pela divisão do trabalho de representação política. Com base nisso, trata-se de levar a sério o exame dos pontos de partida apresentados como prévios ao ingresso no espaço de concorrência eleitoral, de modo a apreender as relações desses com as diferentes chances de atuação em determinadas posições político-partidárias e como contribuem para a produção, legitimação e objetivação de imagens e símbolos de referência política. Portanto, o presente texto dedica-se a definição da estrutura geral de relações entre recursos de posição social, posições partidário-eleitorais e modalidades de entrada na concorrência pelos cargos públicos eleitoralmente em jogo.

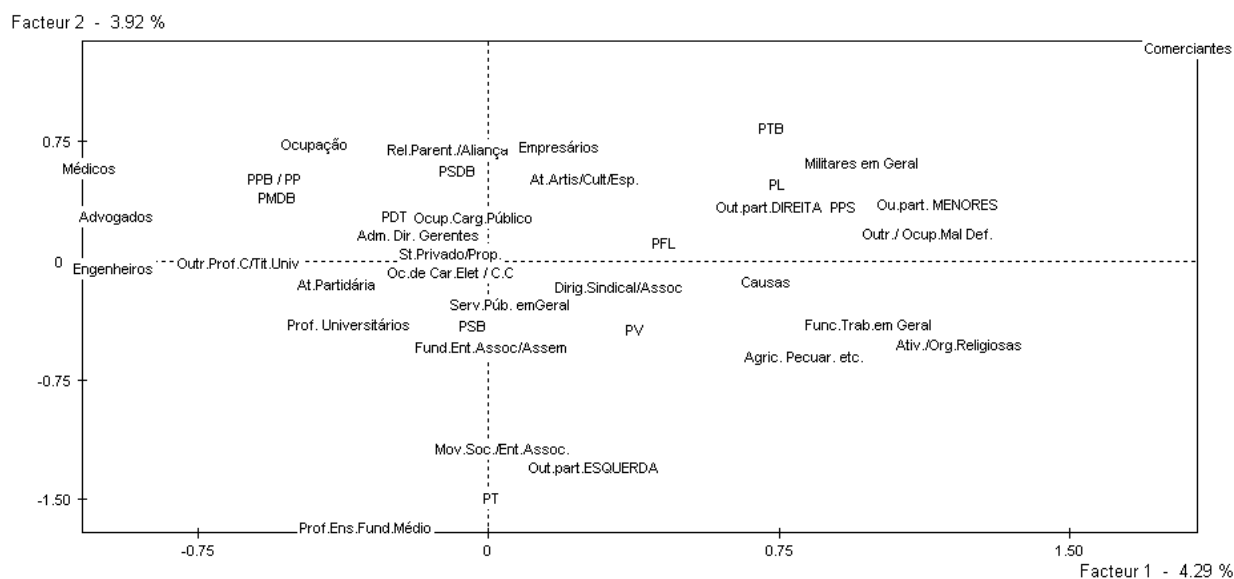
RECURSOS DE POSIÇÃO SOCIAL E MODALIDADES DE ENTRADA NA CONCORRÊNCIA ELEITORAL

As relações entre determinados recursos de posição social, notadamente a condição ocupacional de origem, o capital escolar e o montante de patrimônio, e as diferentes modalidades de relação com as disputas político-eleitorais estão da base da constituição e estruturação do espaço de concorrência pelos cargos de representação política. Desse modo, o conjunto de interações e recursos em confronto na luta pela ocupação de postos de representação política, bem como a relação desses com processo de construção social da “política” (LACROIX, 1985), definem os princípios centrais de divisão de um espaço estruturado por modalidades de entrada e determinados recursos sociais.

Com o objetivo de apreender as associações entre posições político-partidárias, recursos sociais e as modalidades de entrada na política, foi conduzida uma análise fatorial de correspondências múltiplas (Ilustração 1). Partindo da consideração de que há uma associação entre determinados recursos de posição social, modalidades de entrada e chances de ingresso na condição de candidato distribuídas por partidos, as variáveis ativas utilizadas foram: as posições político-partidárias; as modalidades de entrada na

política; o montante de patrimônio declarado; a titulação escolar e as categorias socioprofissionais.

Ilustração 1
Categorias socioprofissionais, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral²



Fonte: Registros de candidatura – TRE-RS. Dados biográficos e currículos dos candidatos.

² O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,3783, com inércia total de 4,29%. As variáveis que mais contribuem para a formação desse eixo são a titulação escolar (35%) e os agrupamentos e categorias socioprofissionais (33,95%). As modalidades que mais contribuem são o ensino superior completo (11,54%), o ensino médio completo (8,54%), o agrupamento dos outros ou em ocupações mal definidas (8,36%) e a categoria dos comerciantes (7,01%). O segundo eixo fatorial tem 0,3448 de valor próprio, com inércia de 3,92%. As variáveis que mais contribuem para a constituição desse eixo são os partidos políticos (35,38%), os agrupamentos e categorias socioprofissionais (21,61%) e as modalidades de entrada (21,21%). As modalidades de variáveis mais significativas nesse eixo são o PT (20,77%), o agrupamento dos professores de ensino fundamental e médio (12,40%) e a modalidade de entrada via atuação em movimentos sociais ou entidades associativas (11,54%). O eixo do terceiro fator tem um valor próprio de 0,3076, com inércia de 3,49%. As variáveis com maiores contribuições nesse eixo são as modalidades de entrada (29,57%) e os agrupamentos e categorias socioprofissionais (29,57%). As modalidades de variáveis que mais contribuem são a entrada na concorrência eleitoral via condição de proprietário ou atuação no setor privado (10,88%), a titulação escolar de ensino médio incompleto (8,92%), a categoria de empresários (7,31%) e o agrupamento dos agricultores, pecuaristas e etc. (6,38%).

Os princípios de divisão que estão na base do espaço de concorrência eleitoral no Rio Grande do Sul se definem em duas dimensões. Em um primeiro plano, esses dependem dos mecanismos de seleção social presentes na concorrência política, os quais vão definir a estrutura desse espaço de relações com base desigual distribuição do capital escolar e do montante de patrimônio. Igualmente, as diferenciações com base no volume e estrutura de capitais se retraduzem para o interior dos agrupamentos e categorias socioprofissionais, evidenciando uma relação complexa e segmentada com os partidos políticos. Em associação com esse primeiro plano, entra uma segunda dimensão complementar, centrada nas relações entre esferas de atuação e a composição de recursos sociais, a qual vai especificar as chances de atuação como candidato em determinados partidos políticos e a relação desses recursos com as modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Colocando de outro modo, é na relação entre as estruturas objetivadas e sua objetivação nas práticas sociais que se compõem as divisões que especificam os mecanismos e chances de participação eleitoral como candidato e suas bases de legitimação.

De modo geral, os princípios de divisão e de estruturação das posições no espaço de concorrência eleitoral estão fundamentados, por um lado, na associação mais direta entre aqueles partidos com bases de recursos sociais que indicam posições mais baixas e as modalidades de entrada associadas à atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas. Por outro lado, há uma relação mais evidente entre partidos com recrutamento mais diretamente centrado em recursos sociais que indicam posições socialmente mais elevadas e as modalidades de entrada via associação da condição ocupacional de origem como base de legitimidade e ingresso na política eleitoral.

Tabela 2

Indicadores de estruturação do espaço de concorrência eleitoral e principais oposições

VARIÁVEIS	VALORES-TESTE			
	Partidos	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
PDT		-2,10	1,80	2,83
PFL		2,57	0,58	1,31
PL		2,38	1,27	-1,62
PMDB		-5,17	4,07	4,51
PPB / PP		-5,86	5,19	-0,89
PPS		4,11	1,52	1,79

PSB	-0,24	-2,34	-8,45
PSDB	-0,59	4,19	0,84
PT	0,07	-16,17	2,10
PTB	6,54	7,37	-3,12
PV	1,47	-1,74	0,87
Outros partidos de DIREITA	2,46	1,17	-0,10
Outros partidos de ESQUERDA	1,40	-6,44	-3,60
Outros partidos MENORES	3,70	1,09	0,96
Categorias ou agrupamentos socioprofissionais			
Administradores, Diretores e Gerentes	-0,53	0,32	0,62
Agricultores, Pecuáristas, etc.	3,16	-2,34	7,95
Comerciantes	9,25	6,84	-3,15
Empresários	0,78	3,82	8,62
Servidores Públicos em Geral	0,40	-1,37	-4,51
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	5,87	-2,46	0,51
Médicos	-6,38	3,53	-1,57
Engenheiros	-5,06	-0,20	-4,72
Advogados	-8,67	2,53	-3,44
Ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	-1,20	-0,35	8,53
Outros ou em ocupações mal definidas	10,70	1,70	-1,23
Outros profissionais com titulação universitária	-4,73	-0,10	-2,20
Professores de Ensino Fundamental e Médio	-2,21	-11,88	-1,72
Militares em Geral	4,22	2,68	-4,72
Professores Universitários	-0,99	-1,14	-0,98
Titulação escolar			
Lê e Escreve	0,08	0,11	2,45
Ensino Fundamental Incompleto	8,40	-1,81	1,59
Ensino Fundamental Completo	5,54	2,85	-0,35
Ensino Médio Incompleto	4,38	2,86	9,46
Ensino Médio Completo	10,46	3,27	-5,56
Superior Incompleto	8,59	1,66	4,57
Superior Completo	-19,92	-4,69	-4,40
Montante de patrimônio			
Sem patrimônio	8,78	1,35	-7,96
Até 50.000	3,91	-8,94	-2,10
De 50.001 a 100.000	2,26	-6,95	5,97
De 100.001 a 200.000	-1,46	5,16	-2,61
De 200.001 a 500.000	-7,80	0,71	5,56
De 500.001 a 1.000.000	-2,75	7,78	2,91
De 1.000.001 a 2.000.000	-4,12	1,73	-0,19
Mais de 2.000.000	-2,90	1,80	1,94
Modalidades de entrada			
Atuação em Atividades / Organizações Religiosas	5,62	-2,11	2,71
Atuação em Movimentos Sociais ou Entidades Associativas	0,41	-11,86	-2,20
Atuação Partidária	-2,44	-0,88	6,07
Causas	3,81	-0,62	-2,70
Proprietário ou Atuação no Setor Privado	-0,37	0,09	10,29
Dirigente Sindical ou de Entidade Associativa	3,30	-1,79	-2,02
Fundador de Entidade Associativa, Filantrópica ou Assemelhada	0,01	-2,89	3,60
Atuação em Atividades Artísticas, Culturais ou Esportivas	1,83	3,72	6,57
Ocupação	-4,79	7,87	-5,64

Ocupante de Cargo Público	-1,92	2,80	-6,61
Relações de Parentesco ou Aliança	-0,64	4,32	3,39

Um primeiro princípio de oposição que compõe esse espaço de concorrência eleitoral (eixo do primeiro fator), se estrutura pela diferenciação entre um polo social e escolarmente dominante, e outro social e escolarmente dominado. No polo dominante, situam-se os candidatos mais diretamente associados ao PMDB e ao PPB/PP, cujas ocupações de origem remetem às categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais elevadas, tais como no caso dos médicos, engenheiros e advogados. Do mesmo modo, há uma associação mais significativa com montantes de patrimônio mais elevados, notadamente aqueles que variam entre R\$200.001 e 500.000 e os que ficam entre R\$1.000.000 e 2.000.000. No que se refere as modalidades de entrada na concorrência eleitoral, há uma relação mais significativa com aquela definida como ocupação.

Para os candidatos que se situam no extremo oposto desse primeiro eixo fatorial, ocorre uma associação mais direta com o PTB, e em menor grau, com o PPS. Nesse caso, há uma relação mais forte com agrupamentos e categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais baixas, especificamente os comerciantes e os outros ou em ocupações mal definidas. Além disso, são mais significativos os candidatos com ensino médio completo, que declaram não possuir patrimônio e associados as modalidades de entrada via atuação em atividades e organizações religiosas.

Numa segunda oposição (eixo do segundo fator), ocorre uma diferenciação mais acentuada entre o PT e suas respectivas bases de recursos sociais e modalidade de entrada, frente a um conjunto de outros partidos e recursos que se definem em oposição a esse. De um modo mais geral, ocorre uma oposição com relação a todos os outros recursos que estão pouco ou nada associados a essa posição partidário-eleitoral. Portanto, no extremo do polo do segundo eixo fatorial se situa o PT, ocorrendo também uma aproximação dos outros partidos de esquerda, porém com menos intensidade. Com relação a esse polo, há uma associação mais evidente com a categoria dos professores de ensino fundamental e médio, os montantes de patrimônio que vão até R\$50.000 e aqueles que variam entre R\$50.001 e 100.000. Além disso, diretamente vinculada a essas

posições sociais e partidário-eleitorais está a modalidade de entrada na concorrência eleitoral via atuação em movimentos sociais ou entidades associativas.

O extremo oposto desse segundo eixo é marcado pela posição do PPB/PP e do PTB. Nesse caso, ocorre uma associação de ambos os partidos com a categoria socioprofissional dos comerciantes, contudo, ao contrário daqueles que estruturaram as oposições no eixo do primeiro fator, aqui se trata da fração economicamente dominante da respectiva categoria. Ou seja, nesse caso, há uma relação mais significativa com montantes de patrimônio elevados, notadamente, aqueles que variam entre R\$500.001 e 1.000.000.

Por fim, ocorre uma oposição mais evidente entre os candidatos com modalidade de entrada via condição de proprietário ou atuação no setor privado e aqueles cujos pontos de saída dos trajetos remetem a ocupação de cargos públicos em diversos níveis. Essa divisão se retraduz na oposição entre determinadas bases de recursos sociais e sua associação mais direta a modalidades de entrada na concorrência eleitoral. No polo mais diretamente associado a entrada via condição de proprietário ou a atuação no setor privado, há uma relação mais evidente com os agrupamentos dos agricultores, pecuaristas e etc., e a categoria dos empresários, aparecendo também, mas em menor grau, uma associação com o agrupamento dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão. Do mesmo modo, ocorre uma relação um tanto díspar com os montantes patrimônio declarados, havendo maior significância para aquelas que variam entre R\$50.001 e 100.000, e aquelas que ficam entre R\$200.001 e 500.000.

No outro extremo desse eixo do terceiro fator, estão os candidatos cuja entrada se dá via ocupação prévia de cargo público. Para esses, ocorre uma associação significativa com a categoria dos servidores públicos em geral e engenheiros. Esse polo representa a posição economicamente dominada nesse eixo fatorial, visto que ocorre uma relação mais significativa com os candidatos que declaram não possuir patrimônio, porém escolarmente dominante e mais associada aos candidatos com ensino superior completo.

Como se viu, as oposições presentes no primeiro e segundo eixos fatoriais se expressam na contraposição entre os candidatos que tem na condição ocupacional de origem seu ponto de saída dos trajetos e os aqueles cujas esferas de ação remetem a atividades ou organizações religiosas (primeiro eixo), ou a atuação em movimentos sociais ou entidades associativas (segundo eixo). Uma das possibilidades de explorar mais detalhadamente as principais divisões presentes na estruturação do espaço de

concorrência eleitoral é especificar as relações entre partidos, recursos sociais e modalidades de entrada. No entanto, essas associações são extremamente complexas, visto se tratar, em geral, de um amálgama entre condicionantes sociais, princípios de legitimação de várias ordens e a relação disso com determinados partidos políticos.

Assim, na medida do possível, pretende-se colocar em linhas gerais a complexidade dos condicionantes que estão em pauta, os quais permitem evidenciar alguns fatores que devem ser considerados na estruturação do espaço de concorrência eleitoral e nas relações entre recursos sociais e trajetões dos candidatos. Desse modo, procura-se deixar mais claras as ligações entre partidos, esferas de atuação e modalidades de inserção social e política. Além disso, também se pretende indicar algo sobre os problemas presentes na configuração de uma estrutura compósita de relações entre indicadores relativamente interdependentes, o que demonstra a existência de uma rede de relações estruturais que não se resumem a relações de causalidade linear. Mesmo que não se pretenda detalhar aqui essas questões, obviamente o que está em pauta são os problemas de causalidade em ciências sociais e as relações disso com as diferentes técnicas de tratamento de dados, esquemas analíticos e bases epistemológicas subjacentes.

O primeiro eixo fatorial indica uma oposição mais evidente entre o PMDB e PPB/PP, representando o polo social e escolarmente dominante, e o PTB e PPS. No caso dos primeiros, ocorre uma relação mais direta com os candidatos que dispõem de títulos escolares mais valorizados e que indicam posições sociais mais elevadas. Tomando de modo mais específico, no caso do PMDB, ocorre uma associação mais direta com o agrupamento dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (30% contra 20,4% do conjunto do universo) e, em menor grau, com a categoria dos advogados (15% contra 11,4% do conjunto do universo). Para o PPB/PP, as categorias socioprofissionais e agrupamentos que compõem as bases de recursos sociais dos candidatos são a de engenheiros (10,2% contra 4,3% do conjunto do universo) e de outros profissionais com titulação universitária (12,2% contra 8,4% do conjunto do universo). No que tange o conjunto do patrimônio declarado pelos candidatos de ambos os partidos, há uma associação mais significativa com os valores mais elevados, notadamente, aqueles que variam entre R\$500.001 e 1.000.000 (16,2% e 14,3% contra 8,7% do conjunto do universo), e entre R\$1.000.001 e 2.000.000 (7,5% e 7,1% contra 3% do conjunto do universo).

No extremo oposto desse eixo se situam o PTB e, em menor grau, o PPS, cujas bases de recursos sociais indicam posições mais baixas e a pouca significância de títulos escolares mais elevados. No caso desses partidos, ocorre uma relação mais direta com a categoria socioprofissional dos comerciantes (14,1% e 10% contra 3,9% do conjunto do universo, respectivamente), com títulos escolares mais baixos, no caso, o ensino médio completo para o PTB (21,1% contra 10,3% do conjunto do universo) e o ensino fundamental incompleto para o PPS (15% contra 3,6% do conjunto do universo).

Ocorre que, a complexidade dessas associações ultrapassa a linearidade aparentemente presente na relação entre partidos e bases sociais de recrutamento. Primeiro porque, como demonstrado em outra ocasião, há uma retradução das lógicas de seleção social presentes na concorrência política para o interior das categorias socioprofissionais, o que especifica as relações de diferentes segmentos sociais com determinados partidos políticos. Segundo, a inclusão das modalidades de entrada como princípios de legitimação das pretensões eleitorais torna ainda mais fraccionária a associação, visto que, os trajetos e modalidades de ingresso na concorrência eleitoral indicam uma associação mais específica entre recursos sociais, partidos e pontos de saída dos trajetos com vistas a participação eleitoral como candidato. Portanto, na estruturação de um espaço no qual os indicadores de posição e entrada são interdependentes e relacionais, as associações entre recursos sociais, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral deixam mais claras as oposições entre segmentos sociais que representam as divisões no espaço de concorrência eleitoral.

Nesse primeiro eixo de estruturação, as oposições entre os partidos em pauta estão fundamentadas, como descritas anteriormente, nas bases de recursos sociais de seus candidatos³, sendo que as modalidades de entrada incidem secundariamente nessa oposição, visto que, são mais associadas aos recursos de posição social que aos partidos políticos especificamente. Por exemplo, no caso do PPB/PP e PMDB, a entrada via ocupação de origem se dá com os candidatos vinculados a categoria socioprofissional dos médicos que compõe esses partidos. No extremo oposto desse eixo ocorre o mesmo. Ou seja, aqueles candidatos do PTB que tem na atuação em atividades ou organizações religiosas seu ponto de saída dos trajetos para ingresso na concorrência eleitoral estão mais associados ao agrupamento dos ocupantes de cargo eletivo ou por comissão do que

³ Ver descrição estatística da análise de correspondência múltipla e o peso das variáveis e modalidades na composição do primeiro eixo.

a categoria que compõe de modo mais significativo a base do partido em questão. É, inclusive, o peso dessa modalidade de entrada na concorrência eleitoral que aproxima desse polo o PPS. Embora seja uma associação extremamente difícil de ser detalhada, em questões gerais, trata-se da relação do agrupamento dos outros ou em ocupações mal definidas com a modalidade de entrada via atuação em atividades ou organizações religiosas. Mesmo esse agrupamento não sendo determinante na composição da base social do PPS, há dois fatores que incidem no posicionamento desse partido nesse polo: 1) a oposição direta dos outros ou em ocupações mal definidas as categorias dos médicos, engenheiros e advogados; 2) um segmento específico desse agrupamento é vinculado ao PPS e tem na atuação em atividades ou organizações religiosas seus pontos de saída dos trajetos; 3) a oposição e significância do ensino superior completo como recurso para entrada no espaço de concorrência eleitoral tende a opor esse grau de escolaridade a todos os demais na estruturação dos eixos.

No segundo eixo fatorial, as oposições estão mais diretamente centradas na relação entre partidos e categorias socioprofissionais. Assim, em um dos polos situa-se o PT, cuja base está assentada significativamente no agrupamento dos professores de ensino fundamental e médio (17,8% contra 7,3% do conjunto do universo), em candidatos com montante de patrimônio declarado até R\$50.000 (28,7% contra 16,9% do conjunto do universo) e entre R\$50.001 e 100.000 (17,8% contra 9,9% do conjunto do universo), e com ensino superior completo. No outro extremo desse eixo, estão o PPB/PP e o PTB, nesse caso, mais diretamente associados a categoria socioprofissional dos comerciantes, a qual marca a posição mais extrema nesse polo. Alguns elementos são significativos na estruturação dessas oposições: 1) a distinção entre candidatos com ensino superior completo (muito significativa para os professores de ensino fundamental e médio) e os com ensino médio completo (muito significativa para os comerciantes); 2) a forte associação entre montantes de patrimônio mais elevados, a modalidade de entrada via ocupação e a categoria socioprofissional dos comerciantes; 3) a oposição entre montantes de patrimônio declarado, o que situa, novamente, o PPB/PP em oposição ao PT.

Por fim, a oposição que estrutura o terceiro eixo fatorial está centrada na diferenciação entre duas modalidades de entrada na concorrência eleitoral. De um lado, estão aqueles candidatos cujos pontos de saída dos trajetos remetem a condição de proprietários ou com atuação no setor privado. Para essa modalidade de entrada, ocorre

uma associação mais direta com os agricultores, pecuaristas e etc. (20% contra 2,4% do conjunto do universo) e com os empresários (13,3% contra 2,4% do conjunto do universo). No outro extremo, encontram-se os candidatos com entrada no espaço de concorrência eleitoral via ocupação de cargo público em diferentes níveis, essa modalidade tem associação mais significativa com as categorias dos servidores públicos em geral (37,3% contra 22,7% do conjunto do universo) e dos engenheiros (44,4% contra 22,7% do conjunto do universo). O que opõe o PMDB ao PSB nesse terceiro eixo fatorial é a relação mais direta do segundo com as categorias dos servidores públicos em geral e dos engenheiros, ambas pouco significativas na composição social do PMDB. Além disso, há uma associação baixa, porém positiva, entre o agrupamento dos ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão e a entrada via condição de proprietário ou atuação no setor privado, o que reforça a aproximação do PMDB desse polo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto proposto tinha por objetivo examinar as relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Como parece evidente, o conjunto dessas associações é complexas e sobrepostas. Ou seja, por um lado, há uma relação mais evidente entre categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais elevadas e títulos escolares mais valorizados e seus usos como recurso de legitimação de candidaturas. Por outro lado, ocorre uma relação significativa entre determinadas categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais elevadas, porém com forte capital escolar, e a modalidade de entrada na concorrência eleitoral via a atuação em movimentos sociais ou entidades associativas.

Ocorre que, mesmo de forma bastante geral, foi possível visualizar a relação bastante segmentada que define as associações entre partidos e determinadas esferas de inserção social. Isso ocorre porque, há uma associação mais direta entre determinados recursos de posição social e trajetórias que especificam as relações com a política eleitoral. Além disso, os mecanismos de seleção social que operam no interior das categorias e agrupamentos socioprofissionais recortados para esse trabalho indicam uma ambivalência na relação entre esses e partidos políticos. Isso torna ainda mais complexa a

relação, trazendo a tona a necessidade do exame de alguns casos que especifiquem as associações entre recursos sociais, modalidades de entrada na concorrência eleitoral e partidos. Em outra ocasião, foi possível demonstrar, por exemplo, que essas associações se configuram de modos diferenciados dentro de modalidades específicas. Em outra ocasião, no exame de dois casos de candidatos associados ao ingresso eleitoral via atuação em atividades ou organizações religiosas, foi possível indicar que os recursos, modos de atuação e constituição da carreira política variam e indicam associações com partidos distintos, no caso, com o PTB e o PT.

Embora diversas questões fiquem em aberto, o mais significativo na explicitação geral das associações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral é a indicação da segmentação das relações entre partidos e categorias socioprofissionais. Contudo, isso implica o investimento em análises detalhadas de casos que especifiquem as associações entre esses indicadores e permitam visualizar, de modo mais claro, os mecanismos e princípios de hierarquização social que estão na base da estruturação do espaço de concorrência eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRIKOLIANSKY, Éric. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la LDH. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, n. 27, 1994.
- BADIE, Bertrand y HERMET, Guy. Las dinámicas huérfanas. In: _____. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BEST, H. and COTTA, M. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In: _____ (eds.) **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000; Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-26.
- BEST, H. e GAXIE, D. 2000. Detours to modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in republican France 1848-1999. In: Best, H. e Cotta, M. (eds.). **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000; Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford, Oxford University Press. Pp. 88-137.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política**: Recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 2011a.

_____. Recursos sociais e seleção política: chances de ingresso em disputas eleitorais no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 2, nº 1, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **Propos sur le champ politique**. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

COLLOVALD, Annie. **La republique du militant: recrutement et filières de la carrière politique des députés**. In : BIRNBAUM, Pierre. Les élites socialistes au pouvoir: 1981 – 1985. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. **Política & Sociedade**, v. 5, nº 9, p. 123-161, 2006.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 28, 2007.

_____. Categorias Sócio-Profissionais, Titulação Escolar e Disputas Eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº41, 2012.

GAXIE, Daniel. Économie des partis politique et redistribution du militantisme. **Revue française de science politique**, Année 1977, Volume 27, Numéro 1, p. 123 – 154

_____. Les logiques du recrutement politique. **Revue française de science politique**, Année 1980, Volume 30, Numéro 1, p. 5 – 45

_____. Le cens caché. **Réseaux. Communication – Technologie – Société**, Année 1987, Volume 5, Numéro 22, p. 29-51.

_____. **La démocratie représentative**. Paris : Montchrestien, 1996.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11 (1), 2005.

GAXIE, Daniel et OFFERLÉ, Michel. **Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir ? Capital social collectif et carrière politique**. In : BIRNBAUM, Pierre. Les élites socialistes au pouvoir: 1981 – 1985. Paris: PUF, 1985.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Biografia, para que ?** In : CORADINI, Odaci, L. (org). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 30, 2008.

GRILL, Igor Gastal. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão.

LACROIX, Bernard. Ordre Politique et ordre social : objetivisme, objetivation et analyse politique. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique : L'ordre politique**. V. 1, Paris : Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-565.

MERLLIÉ, Dominique. A construção estatística. CHAMPAGNE, Patrick. et all. **Iniciação a prática sociológica**. Rio de Janeiro : Vozes, 1998.

OFFERLÉ, Michel. (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris : Éditions Belin, 1999. p. 7-35.

_____. **Les partis politiques**. Paris : Presses Universitaires de France, 2006.

POLITIX : Revue des sciences sociales du politique, Volume 9, Numéro 35, Année 1996.